

Abreu quer cortes

5 AGO 1988

de CZ\$ 1 trilhão

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, leva ao Presidente José Sarney, na próxima semana, várias alternativas com relação ao Orçamento Geral da União para o próximo ano. Entre as propostas que serão encaminhadas ao Palácio do Planalto estão a eliminação de projetos que somam quase CZ\$ 1 trilhão e fixação dos gastos com pessoal em 65% da receita líquida da União.

As várias alternativas relativas ao Orçamento para o próximo ano ainda não estão totalmente fechadas. Um assessor próximo a João Batista de Abreu revelou que é intenção do Ministro promover um enxugamento de órgãos públicos. São alvos certos dessa reformulação do setor público a Companhia Brasileira de Alimentação (Cobal), Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Ontem, João Batista de Abreu fez um relato, de duas horas sobre as transformações do Orçamento ao seu colega da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em café da manhã.

Os Ministérios da Educação, Habi-



Abreu: planos de "enxugamento"

tação e Urbanismo e do Interior serão os mais afetados pela chamada "operação desmonte" — redefinição de encargos que passarão para Estados e Municípios em função da perda de receita da União com a Constituinte. A União deverá deixar de atuar nas áreas de saneamento, infraestrutura urbana, sistemas de abastecimento de água e estradas no âm-

bito estadual e municipal.

Também é tida como certa a eliminação da participação da União em recursos de contrapartida para empréstimos tomados por Estados e Municípios, ao lado do subsídio ao carvão, cacau, álcool e açúcar. As verbas a fundo perdido para Estados e Municípios deverão se transformar em raridade, se depender do Ministro do Planejamento. Abreu defende também a demissão de funcionários públicos, mas certamente encontrará obstáculos políticos para concretizar este plano.

O Orçamento será encaminhado ao Congresso até 31 de agosto. Após a promulgação do novo texto Constitucional, com novos parâmetros para as despesas, assessores da área econômica acham que poderá ser necessário encaminhar novo projeto de lei ao Congresso.

● **EXCLUSÃO** — Empresas como Petrobrás, Furnas e Vale do Rio Doce não podem ser enquadradas na política de cortes do déficit público, pois representam investimentos estratégicos. A afirmação é do Secretário de Planejamento do Rio, Victório Cabral, para quem cortes de investimento nestas áreas, poderiam estrangular o País, provocando blecaute e aumentando as necessidades de importação de petróleo, por exemplo.